

ESTABELCIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO TOCANTINS

Desafios e oportunidades em um cenário de expansão agropecuária

Ludmila Santos Saraiva

Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR)

ludmila.saraiva@mail.uft.edu.br

Camilla Araújo Matos

Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR)

camillamatoos@hotmail.com

Cleiton Silva Ferreira Milagres

Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR)

cleiton.milagres@mail.uft.edu.br

Lorena Santos Saraiva

Graduanda do curso de Engenharia Ambiental (UFT)

lorena.saraiva@mail.uft.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O setor agropecuário se destaca como um importante pilar da economia brasileira, respondendo por 21% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, gerando um quinto dos empregos e impulsionando 43,2% das exportações, alcançando US\$ 96,7 bilhões em 2019 (Embrapa, 2024). A agricultura familiar também se destaca no cenário nacional como um modelo de produção crucial para a segurança alimentar, desenvolvimento rural e sustentabilidade ambiental. (IBGE, 2020). O estado do Tocantins tem se mostrado um importante polo agropecuário nacional (Neto, 2023). Caracterizado por sua recente expansão territorial e pelo expressivo crescimento da produção, o Tocantins apresenta um cenário singular, marcado por contrastes e desafios (Neto, 2023). De um lado, observa-se o impulsionamento da economia local e a geração de oportunidades para a população (Santos, 2020). Do outro, surgem preocupações relacionadas à preservação ambiental, à justiça social e à sustentabilidade das atividades agropecuárias (Santos, 2020). Isto posto o presente trabalho teve como objetivo analisar as características dos estabelecimentos agropecuários do estado do Tocantins para compreender e refletir sobre as dinâmicas e desafios locais. O presente estudo teve como foco o estado do Tocantins, que está localizado na região Norte do Brasil, dentro do território da Amazônia Legal. O Tocantins possui uma área de 251.570 km², sendo o 10º maior estado do país (IBGE, 2023). Embora esteja dentro do território da Amazônia legal, grande parte da vegetação nativa do estado é composta por cerrado (Dantas, 2019). Para elaboração deste trabalho foram utilizados dados secundários, extraídos do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), um banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com tabelas de dados agregados das pesquisas realizadas pelo órgão.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA AGRICULTURA NACIONAL

A agricultura e a pecuária estão entre as atividades econômicas mais indispensáveis para a sobrevivência humana, uma vez que funcionam como a principal fonte de produção de alimentos e matérias-primas em geral, além de gerar emprego e renda em vários setores (Buainain; Garcia; Vieira Filho, 2017). Com o passar do tempo e o avanço das tecnologias, as

práticas agropecuárias foram fragmentadas em diferentes modelos, o que resultou numa variedade de padrões de produção de acordo com o perfil e realidade de cada agricultor (Telles; Righetto, 2019; Picolotto, 2014). Dentre estes modelos se destacam a agricultura patronal e a agricultura familiar (Picolotto, 2014).

Quando se trata de agronegócio, o Brasil ocupa uma posição de destaque no cenário mundial, liderando a produção e exportação de diversos produtos do setor (Maranhão; Vieira Filho, 2016). A exportação dos produtos produzidos no Brasil fica mais a cargo da agricultura patronal, enquanto o abastecimento nacional fica nas mãos da agricultura familiar (Aquino; Gazolla; Schneider, 2018). Caracterizada pela participação ativa da família em todas as etapas da produção, a agricultura familiar é responsável por boa parte do abastecimento local e se tornou foco de políticas públicas pelo seu papel em pautas como segurança alimentar, sustentabilidade ambiental, desenvolvimento rural e resiliência climática (Picolotto, 2014). Isso porque o modo de produção familiar tende a impactar menos o meio ambiente e o clima e, se gerenciado da maneira correta, se mostra uma atividade promissora para o desenvolvimento rural (Sousa, 2020).

Porém, as atividades agropecuárias no Brasil enfrentam diversos desafios, tais como disparidades entre grandes produtores e pequenos agricultores no acesso à terra, concentração de renda nas mãos dos atravessadores que revendem os produtos, erosão, desmatamento, uso excessivo de agrotóxico, eventos climáticos extremos decorrentes das mudanças climáticas, êxodo rural e dificuldades na sucessão familiar dentro das propriedades agrícolas (Aquino; Gazolla; Schneider, 2018; Arruda; Araujo, 2019). Esses desafios são ainda mais graves nos estados da Amazônia Legal, que historicamente vem padecendo com a expansão das fronteiras agrícolas, embora essa expansão tenha impulsionado o crescimento do setor agropecuário, não se pode deixar de citar os impactos negativos do setor: só nos últimos cinco anos a região da Amazônia legal já perdeu 5.895.301 hectares de vegetação nativa (MapBiomass, 2024), a região do MATOPIBA responde pela maior parte da perda da vegetação nativa do país, aproximadamente 47% (MapBiomass, 2024), isso sem falar nos conflitos por terra entre comunidades indígenas, tradicionais e produtores rurais (Vespucci, 2018; Mello; Artaxo, 2017).

Sabe-se que o Brasil já apresenta uma evolução quando se fala em políticas públicas para grandes, médios e, principalmente, pequenos produtores rurais (Picolotto, 2014). Entretanto para alcançar o tão sonhado desenvolvimento sustentável, inclusivo e equitativo é necessário mais do que políticas públicas, exige um esforço conjunto e participação ativa do governo, das organizações da sociedade civil e do setor privado para analisar as demandas e peculiaridades de cada local, a fim de conseguir trabalhar a necessidade de cada região de maneira personalizada (Grisa; Schneider, 2014).

3 DESENVOLVIMENTO DO TEMA

O retrato dos estabelecimentos agropecuários do Tocantins é compatível com o cenário nacional em alguns aspectos. Os dados obtidos revelam a realidade socioeconômica dos agricultores familiares e não familiares quanto à posse da terra, quantidade de área ocupada, taxa de alfabetização, associação dos produtores a cooperativas e/ou a entidades de classe. Essa compreensão é fundamental para o direcionamento de ações que promovam a inclusão produtiva, o acesso à educação e à capacitação, além de políticas públicas que facilitem o acesso à terra e ao crédito, principalmente para os agricultores familiares. De acordo com o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) os dados datados como 2017, foram atualizados em 2020.

Atualmente o Tocantins possui cerca de 63.808 estabelecimentos agropecuários familiares e não-familiares. Os dados expressos na Tabela 1 demonstram o crescimento do número de estabelecimentos agropecuários no estado no período de 1995 a 2017.

Tabela 1. Quantidade de estabelecimentos agropecuários e percentual de aumento ao longo dos anos.

Ano	Quantidade de estabelecimentos	Percentual de aumento
1995	44.913	
2006	56.567	26%
2017	63.808	13%

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Com relação a quantidade de estabelecimentos que possuem posse da terra, nos dados de 2017, 53.090 dos estabelecimentos se declaram como proprietários da terra, isso corresponde a 83% do número total de estabelecimentos. A relação entre o número total de estabelecimentos e o número de proprietários da terra ao longo dos anos pode ser observado no Gráfico 1.

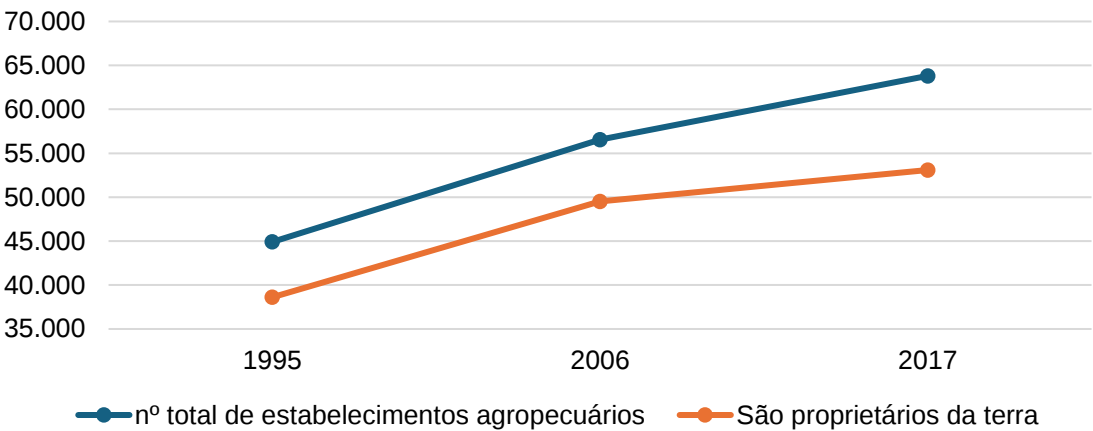


Gráfico 1. relação entre o número total de estabelecimentos e o número de proprietários da terra

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A agricultura familiar é predominante no estado, com 44.955 estabelecimentos pertencendo a essa categoria, isso corresponde a 70% do valor total. Embora a maioria dos estabelecimentos sejam da agricultura familiar esta categoria não ocupa a maior parte das terras. Os estabelecimentos agropecuários ocupam uma área de 15.180.162 hectares, isso corresponde a 55% da área total do estado. 81% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários pertencem à agricultura não-familiar. O Gráfico 2 apresenta a relação entre o número de estabelecimentos familiares e não-familiares e a área ocupada por cada categoria.

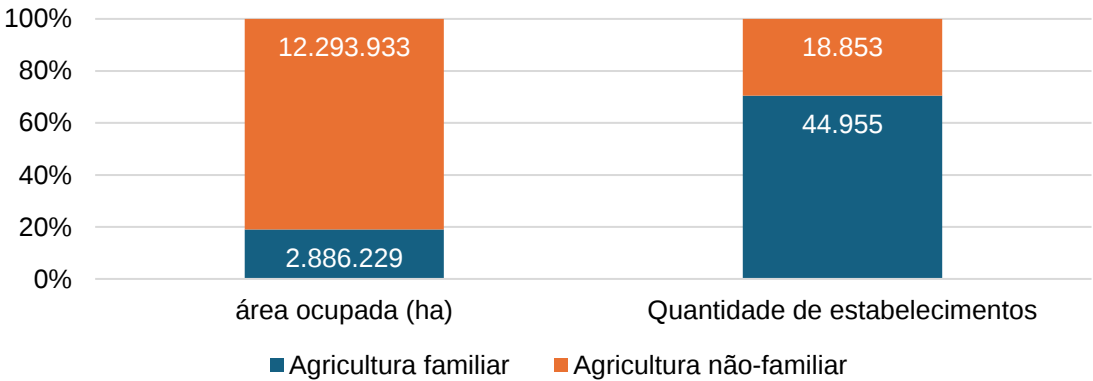


Gráfico 2. relação entre o número total de estabelecimentos e o número de proprietários da terra

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Em todos os anos analisados observou-se que a maioria dos estabelecimentos tem como atividade econômica principal a pecuária, conforme o Gráfico 3.

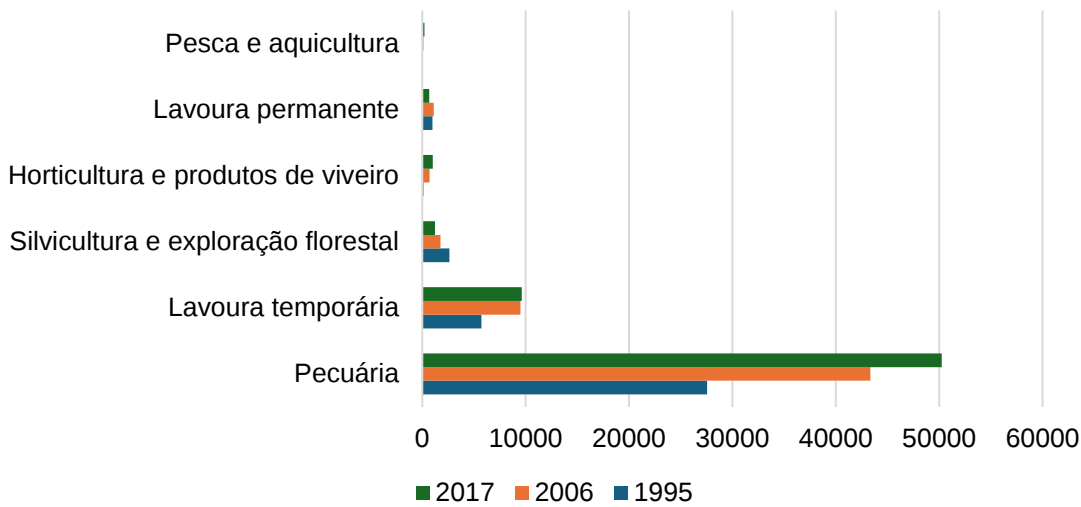


Gráfico 3. Principais atividades econômicas dos agricultores

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Dos cultivos agrícolas, os três principais produtos produzidos são soja, milho e arroz. Nos últimos 20 anos o cultivo de soja na região aumentou consideravelmente, conforme apresentado no Gráfico 4. Além disso, dos 1.885.158 hectares destinados à agricultura, a soja ocupa 1.167.122 hectares, cerca de 61,9% da área total.

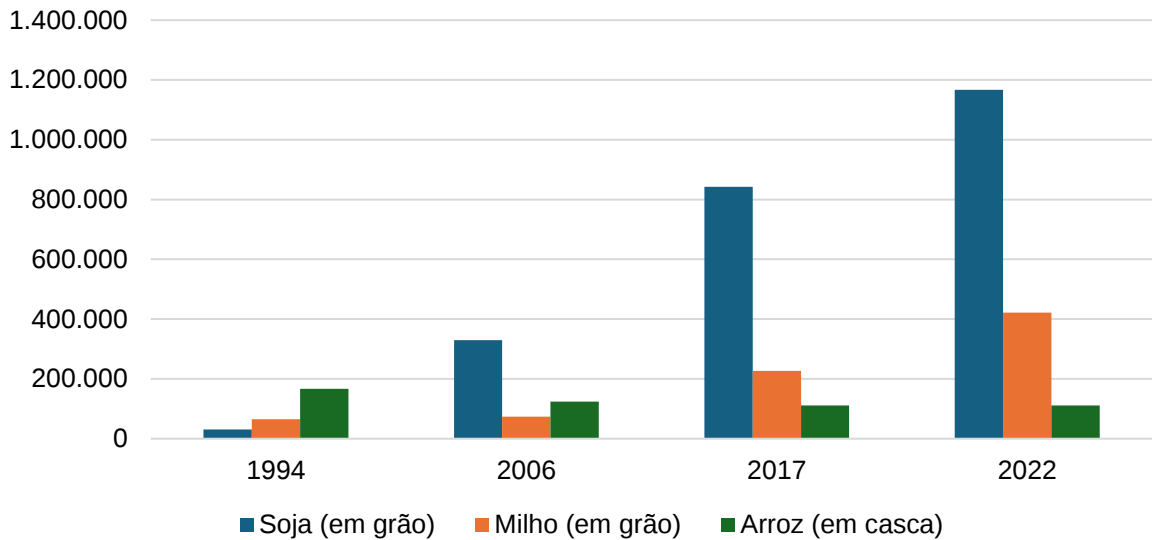


Gráfico 4. Principais produtos produzidos pelos agricultores

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

De acordo com o MapBiomas (2024) em 2023 o desmatamento no Tocantins teve um aumento de 177%, sendo o terceiro maior estado desmatador do Brasil. Considerando os dados apresentados, é possível observar uma forte correlação entre o crescimento do desmatamento no estado e a expansão da atividade agropecuária não-familiar, que detém a maior parte das terras e geralmente se caracteriza pelos monocultivos e práticas intensivas,

com priorização da agricultura em larga escala demandando sempre a abertura de novas áreas (Santos, 2020).

A concentração de terras nas mãos da agricultura não-familiar também explica a predominância da pecuária como principal atividade econômica e o alto índice de produção de grãos exportáveis (Cerqueira, 2022).

No que diz respeito à taxa de alfabetização entre os produtores rurais observou-se que apenas 18% dos agricultores não sabem ler e escrever, o que demonstra um potencial significativo para o desenvolvimento de habilidades técnicas, de gestão e comercialização entre os agricultores, especialmente os de base familiar, conforme dados apresentados no Gráfico 5.

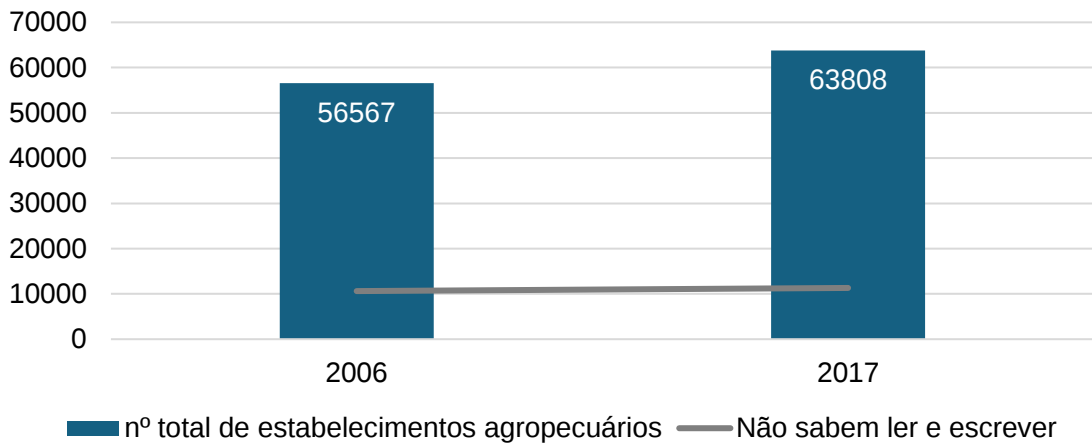


Gráfico 5. Relação do número total de agricultores com o nível de alfabetização

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A associação dos agricultores a cooperativas e/ou a entidades de classes, precisa ser fortalecida, pois a grande maioria não estão associados, conforme dados apresentados na tabela 2.

Tabela 2. Associação dos agricultores a cooperativas e/ou entidades de classe

	Agricultura não familiar	Agricultura familiar	Total
Total	18853	44955	63808
Não é associado	16514	35911	52425
%	87,6%	79,9%	82,2%

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estado do Tocantins se encontra em um contexto regional marcado pela expansão das fronteiras agropecuárias. Esse processo, embora tenha impulsionado o crescimento do setor agropecuário, também gera impactos socioambientais negativos, como desmatamento, erosão do solo e perda de biodiversidade.

Vale lembrar que a agricultura familiar é um importante motor da economia local, e quando recebe o devido apoio gera um conjunto de benefícios que impactam diversos aspectos da sociedade, desde a segurança alimentar até o desenvolvimento socioeconômico. Ao fortalecer esse segmento, o país garante o acesso à alimentação saudável para a população, favorece o crescimento econômico e contribui para a preservação do meio ambiente. A teoria de que as pessoas do campo são analfabetas não se sustenta em números no Tocantins, visto que a maior parte dos agricultores são alfabetizados, lembrando que a grande maioria são também agricultores familiares.

Por isso é importante a criação de ações que tragam o foco para o agricultor familiar, e a criação de meios para que esses agricultores sejam incluídos produtivamente. O fato dos agricultores nem conhecerem os programas de inclusão produtiva ou nem saberem acessar esses programas faz muita diferença no processo. O Tocantins precisa de mais ações que incentivem os pequenos produtores a se unirem aderindo modelos que os tornem competitivos em termos de mercado, como o cooperativismo e associativismo e os arranjos produtivos locais (APLs), que por sua vez é uma prática pouco desenvolvida na região.

A desigualdade na distribuição de terras para os agricultores familiares é um problema complexo, enraizado pelo contexto histórico de distribuição de terra, com profunda ligação com a trajetória da reforma agrária no país. Apesar dos avanços legais e da mobilização social, percebe-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido para garantir o acesso à terra e a justiça social para os cidadãos do campo.

5 REFERÊNCIAS

AQUINO, Joacir Rufino de; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira**. Revista de economia e sociologia rural, v. 56, p. 123-142, 2018.

ARRUDA, Rafael Vinícius; ARAÚJO, Victória. **A agricultura familiar e as causas que geram o êxodo rural**. Enciclopédia Biosfera, v. 16, n. 29, 2019.

BUAINAIN, Antônio Márcio; GARCIA, Junior Ruiz; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. **Dinâmica da economia e da agropecuária no Matopiba**. Texto para discussão, 2017.

DANTAS, M. E. et al. Origem das paisagens do estado do Tocantins. 2019. In: ROCHA, M. G. (Org.). Geodiversidade do Estado do Tocantins. Goiânia: CPRM, 2019. cap. 4, p. 47-84. Programa Geologia do Brasil. Levantamento da Geodiversidade.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil**. Revista de economia e sociologia rural, v. 52, p. 125-146, 2014.

MAPBIOMAS. **RAD 2023: Matopiba passa a Amazônia e assume a liderança do desmatamento no Brasil**. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2024/05/28/matopiba-passa-a-amazonia-e-assume-a-lideranca-do-desmatamento-no-brasil/>. Acesso em: 03 jun. 2024.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil**. Revista de economia e sociologia rural, v. 52, p. 63-84, 2014.

SANTOS, Roberto Souza. **(Des)envolvimento regional, fronteira e o espaço do agronegócio no Tocantins: crescimento econômico sem distribuição de renda**. DRd-Desenvolvimento Regional em debate, v. 10, p. 3-35, 2020.

SIDRA. Sistema IBGE de Recuperação Automática. Censo Agropecuário. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/CA/A/Q>>. Acesso em 26 abr. 2024.